

A PROMOÇÃO E O EXERCÍCIO DO DIREITO À CIDADE (ABRACE A CIDADE/CH.2016.PJ.0146)

XXV Encontro de Extensão

Adriana Isabelle Barbosa Lima Sa Leitao, Geovana Maria Cartaxo de Arruda Freire

O Direito à cidade está na Constituição Federal de 1988 inserido no Capítulo da Política Urbana, mas pouca difusão e apropriação por parte da população têm sido direcionadas para a sua concretização. Há em Fortaleza uma enorme carência de espaços de convivência públicos e uma ausência de áreas saudáveis de uso coletivo, situação que obstaculiza a concretização do Direito à Cidade. Ações que de forma concreta interfiram nos locais públicos com gentilezas e educação cidadã têm o poder de sensibilizar e promover o reconhecimento e o cuidado necessários à apropriação da cidade como espaço coletivo e como um direito. Nesse esteio, o projeto “Abrace a Cidade” tem como público alvo os cidadãos e os usuários dos equipamentos comunitários de Fortaleza, os quais têm dificuldade de usufruir da cidade pelas condições precárias de manutenção, cuidado e gerenciamento das instalações públicas, bem como pela ausência de cidadania, educação e respeito às zonas coletivas como ambientes comunitários de convivência e alegria. O projeto objetiva proporcionar vivências de educação patrimonial que permitam a reflexão crítica e transformadora sobre o Direito à Cidade em Fortaleza, de modo que o presente estudo visa demonstrar a sua efetividade. A partir da análise das ações realizadas, as quais têm o intuito de refletir a apropriação dos cidadãos a sua cidade, podendo-se citar o plantio de mudas em praças ou intervenções artísticas colaborativas (atividades promovidas voluntariamente, custeadas pelos participantes e colaboradores), constatou-se, o despertar de uma sensação de pertencimento e de solidariedade entre os integrantes, que, por meio de entrevistas, afirmaram ainda a percepção de que são agentes dinâmicos e transformadores do espaço social. Espera-se cada vez mais criar um ambiente de mudança de hábitos, conscientização, embelezamento urbano, compartilhamento e difusão de novos valores sobre o direito a uma cidade sustentável.

Palavras-chave: Direito à cidade. Educação patrimonial. Espaço urbano coletivo.